**A circulação de ideias preservacionistas sobre a *arquitetura tradicional brasileira* na década de 1920.**

Gabriela Lira Assunção1

Contato: gabriela.lira.assuncao@gmail.com

Linha de pesquisa: História da Arquitetura, do Urbanismo e do Território

**INTRODUÇÃO**

Durante os ciclos de modernizações do início do século XX, as transformações nas cidades foram apoiadas no discurso técnico/sanitário que associou o traçado urbano legado do período colonial a uma imagem negativa de atraso e sujeira. Significativas partes do tecido colonial foram demolidas para a implantação de novos padrões sanitários, viários e estéticos. Como essas transformações da realidade foram interpretadas por técnicos, intelectuais e periódicos da época?

Na circulação de ideias do período de 1900 a 1930, iluminam-se vozes sensíveis à ruptura do tecido histórico-social. Mapeiam-se agentes sociais e lugares que apresentaram “uma dada percepção de mundo que, uma vez revelada, tende a se voltar para a ação” (CERAVOLO, 2014). Esse artigo é um recorte na tese em desenvolvimento que investiga as *representações* sobre a arquitetura colonial nos primeiros ciclos de modernização do início do século XX, a fim de contribuir para a compreensão do processo histórico de construção de valor de arquitetura como parte da identidade nacional.

No panorama de debates do período estudado, destaca-se a formação de um olhar local na Bahia e em Pernambuco para os exemplares do passado. Estados cujas capitais havia passado por reformas urbanas que derrubaram ou ameaçavam matar algumas referências da cidade tradicional. Na Bahia, houve a “morte anunciada” da Sé de Salvador, demolida em 1933. O templo estava ameaçado de morte desde a reforma urbana de grande porte[[1]](#endnote-1) feita no governo de José Joaquim Seabra (1912-1916). Em Pernambuco, foram derrubados a Ig. do Corpo Santo (em 1913), os arcos da Conceição (1913) e o de Santo Antônio (1917) para reconstrução[[2]](#endnote-2) de uma parte do núcleo inicial da cidade, seguindo os novos padrões urbanos da época.

No contexto estudado, mapeiam-se e analisam-se falas que permitiram a formação de um contexto propício para a criação das primeiras Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, ainda no final da década 1920, momento este que antecedeu a política de preservação federal (início em 1937).

**OBJETIVO**

Discutir as representações associadas ao debate sobre a *arquitetura tradicional brasileira* na década de 1920, interpretando os significados presentes nas leituras apresentadas dentro do contexto de transformação da realidade ocasionadas pelas reformas urbanas.

**MÉTODO**

A abordagem adotada possui embasamento teórico na história cultural urbana, campo do conhecimento que vem contribuindo para evidenciar a importância de estudar outras leituras que coexistiram durante a construção das grandes narrativas. Utilizam-se as *representações* como método, conforme George Dantas (2009, p.42-43), “implica mapear e analisar as lutas, os embates, os jogos de interesse, as forças, os símbolos e os projetos (de cidade, da sociedade, do mundo) em disputa, a construção (ou a destruição) de possibilidades”.

A circulação ideias do período estudado é analisada a partir da leitura de documentos oficiais e publicações de periódicos da época. A análise desse material primário em diálogo com a revisão de literatura permite que se analisem significados associados às falas. Bem como, possibilita a observação de como o discurso se relaciona com a realidade em transformação.

**CIRCULAÇÃO DE IDEIAS PRESERVACIONISTAS NA DÉCADA DE 1920**

Na década de 1910, as modernizações das capitais estavam em pauta nas rodas de conversas, nos discursos proferidos e em textos publicados em periódicos da época. As transformações nas cidades inspiradas na Paris de Haussmann romperam relações sociais associadas ao tecido urbano existente, afastaram práticas populares das áreas em reforma e fortaleceram o poder das elites locais (LUBAMBO, 1991). A substituição do quadro físico urbano por uma arquitetura de repertório estrangeiro passou a causar incômodos e reflexões em certos agentes e grupos.

Na década de 1920, a arquitetura eclética de raízes estrangeiras sofreu embates com o “impulso nacionalista verificado por estes anos em toda a América Latina” (CANTARELLI, 2010, p.119). Na polifonia de vozes do debate que emergiu em busca da modernidade e da nacionalidade, observa-se que pouco a pouco vai se formando um novo olhar sobre elementos do período colonial, que passaram a ser associados ao valor de tradição. Na construção dessa nova representação sobre a arquitetura tradicional brasileira, Maria L. Pinheiro (2011, p.249) destaca o papel dos movimentos Neocolonial e do Modernismo:

Inicialmente, cabe lembrar que o interesse pela arte e pela arquitetura brasileiras – estimulado pelo movimento neocolonial e logo absorvido pelo Modernismo, e que, de acordo com nosso ponto de vista, constitui uma condição *sine qua non* para o reconhecimento do patrimônio brasileiro como tal [...]

Ideias preservacionistas passaram a circular pelo país. Em 1923, o deputado pernambucano Luiz Cedro propôs o projeto de criação de uma *Inspetoria de* *Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil,* baseando-se na primeira lei francesa sobre monumentos históricos de 1887[[3]](#endnote-3). Em 1924, o arcebispo do Rio de Janeiro faz uma circular chamando o clero a se responsabilizar por suas igrejas e objetos de arte. O discurso do deputado pronunciado na Câmara em 3 de dezembro de 1923 foi publicado na Revista *Ilustração Brasileira.* O documento do arcebispo foi divulgado na íntegra pela mesma revista, segundo M. Pinheiro (2011, p.255)

[...] o fato de emanar de uma das mais altas autoridades da Igreja Católica no Brasil, aliado à sua publicação na íntegra, numa revista laica de caráter cultural, atesta o interesse que o assunto despertava então.

Os debates em torno da valorização da arquitetura tradicional brasileira ganharam bastante evidência em alguns estados. Em Pernambuco a tradição local foi questão principal do discurso de intelectuais liderados por Gilberto Freyre e pela escola tradicionalista do Recife (ALBUQUERQUE JR., 2011). Segundo Freyre (1925) em artigo publicado no *Diário de Pernambuco*:

Hoje não há cerimonia nem rodeio em alterar por dentro e por fóra e mesmo destruir – como no caso da igreja do Corpo Santo, cujo inutil sacrifício á engenharia provocou no seu intelligente traçado o Sr. Saturnino de Britto – uma velha igreja ou um velho monumento ou uma caracteristica nacional qualquer. É exactamente essa sem-cerimonia que não deve continuar impune no seu furor. Dahi a necessidade de leis municipaes – como ainda hontem nos lembrava, a mim e ao sr. Luiz Cedro, [...] visando a defeza de monumentos que sejam caracteristicas nacionaes. (FREYRE, 1925, grifo nosso)

Freyre (1925) chama a atenção para a perda de monumentos pela ação das modernizações e *restaurações*[[4]](#endnote-4).Cita os casos das demolições dos arcos (da Conceição, destruído em 1913 e de Santo Antônio, em 1917) - e da *restauração* da Sé de Olinda. Em termos de bens imóveis, as perdas de referências urbanas passaram a ser lembradas no discurso tradicionalista/preservacionista da década de 1920. O olhar para arquitetura tradicional vai se formar em torno da escala monumental, da edificação de caráter excepcional. O termo patrimônio somente após meados do século XX foi ampliado para incluir a perspectiva urbana e os bens modestos[[5]](#endnote-5).

O termo *restauração* foi utilizado para se referir à intervenção em bens, inclusive podendo resultar na modificação da linguagem estética da edificação. No caso da Sé de Olinda os elementos barrocos foram substituídos por outros inspirados no estilo gótico europeu. A defesa da tradição nesse período se mistura com os embates da incorporação de elementos historicistas, principalmente de origem estrangeira, na produção arquitetônica brasileira.

Nesse contexto, as falas de intelectuais destacam o pesar da perda de certos símbolos da cidade tradicional. O jornalista Anníbal Fernandes ganhou fama de defensor dos monumentos por suas críticas, publicadas em jornais locais, notadamente em seus textos da coluna *De uns e de Outros* publicados no jornal *A Província*, de 5 de janeiro de 1919 até 6 de dezembro de 1922[[6]](#endnote-6). Freyre (1925) cita a atuação corajosa de Fernandes na denúncia de “atentados” ao que deveria ser respeitado enquanto bem artístico e histórico. Em 1928, Manuel Bandeira também registra no referido jornal uma reflexão que demonstra sensibilidade com a questão da tradição.

Tradicionalistas pobres de Pernambuco, de Pernambuco e de todo o Brasil o momento é bem duro para nós que não dispomos, senão de lágrimas lyricas. Depois da casa de Megahype chegará a vez da Sé Velha da Bahia... O caso é peior. [...] Como não fizeram nada para conservar e restaurar os bellos monumentos coloniaes de S. Salvador? [...] Como não protegeram a Sé de Pero Fernandes Sardinha ‘contra os iconoloclastas do urbanismo inconsciente’ (palavras do sr. Vital Soares)? Certamente a acção dos governantes não basta. É preciso despertar a consciência do valor dessas reliquias na mentalidade dos detentores eventuaes dellas. Criar o ambiente tradicionalista. Chorar muitas lagrimas lyricas [...] (BANDEIRA, 1928, grifo nosso)

**A CRIAÇÃO DAS INSPETORIAS DA BAHIA E DE PERNAMBUCO**

Na Bahia (1927) e Pernambuco (1928) foram criadas Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais associadas à atuação dos grandes Museus Nacionais. Na década de 1920, a opinião pública mostrou-se bastante mobilizada para a defesa da venda de objetos de arte brasileiros. A necessidade de defender os artefatos móveis terminou dando força aos debates em torno da preservação dos bens imóveis.

Intelectuais ligados à questão da tradição e os Institutos Históricos colaboraram para a formação de um momento local de reconhecimento e defesa de monumentos. Os institutos *Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (IAHGP) e *Geográfico e Histórico da Bahia* (IGHB), formados no século anterior (respectivamente em 1862 e 1894), nos primeiros anos do século XX atuaram como lugares de circulação de ideias preservacionistas. Ceravolo (2014) cita que o historiador Mário Melo (membro do IGHGP) compartilhou com Francisco Borges de Barros (associado do Instituto baiano) a ideia de criação das Inspetorias estaduais.

Em 1927 foi aprovada na Câmara dos Deputados a criação da instituição baiana para defesa dos monumentos. Em 1928, foi criada a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco, esta notícia veiculou em periódicos locais (*A Província* e *Diario de Pernambuco*) e também em jornal francês (*Paris-Soir*). Intelectuais que haviam demonstrado interesse pela questão preservacionista na sua atuação profissional foram nomeados para a função de Inspetor, na Bahia, F. Borges de Barros e em Pernambuco, Anníbal Fernandes.

Um das primeiras ações das Inspetorias foi inventariar os edifícios que deveriam ficar sob proteção da lei e realizar os serviços de documentação desses bens[[7]](#endnote-7). Em Pernambuco, a atuação da Inspetoria passa a ser frequentemente matéria do jornal *A Província*, que se torna principal veículo de apoio à defesa dos monumentos. Em 1929, o periódico publica artigo do engenheiro José Estellita destacando a importância da Inspetoria de Pernambuco. O Autor menciona as atividades da instituição que deveria realizar o inventário dos bens e a “desapropriação por efeito de utilidade publica do que convier”. A partir de então, os “monumentos nacionaes sujeitos á inspecção do Estado não poderão sofrer modificações ou outros quaisquer reparos sem licença previa do governo” (ESTELLITA, 1929).

Estellita (1929) argumenta em favor da pertinência e propósito da atuação da Inspetoria Estadual, destacando que a defesa do “patrimônio histórico nacional” é uma preocupação internacional. Ele cita o contato com o relatório do engenheiro francês Raoul de Clermont que abordava legislações de diversos países na Europa e América do Norte que tinham regulamentado a proteção de bens históricos e naturais. Os discursos relacionados às Inspetorias da Bahia e de Pernambuco frequentemente passam a acionar demolições realizadas durante os projetos de modernizações dos primeiros anos do século XX.

Os nossos monumentos religiosos, sobre os quais se tem abatido o furor de um pretenso modernismo e que outra cousa não tem conseguido senão destruir tudo quanto nos deixaram nossos antepassados. (ESTELLITA, 1929)

No relatório da Inspetoria de Pernambuco, publicado em 1930 (referente ao de 1929), de autoria de Anníbal Fernandes, pode-se observar o uso de eventos específicos de demolições na construção do discurso.

A preocupação do Governo na defesa do nosso patrimonio artístico e historico tem dado resultados compensadores. [...] Hoje, felizmente, essa mentalidade se acha inteiramente modificada. [...] Annos atraz, tudo isso não lograria se quer a mais ligeira referencia do noticiario da imprensa. E a prova está na derrubada dos Arcos, do Corpo Santo, da velha Sé de Olinda; da venda, como ferro velho, dos canhões de bronze de nossas fortalezas, da retirada de velhos moveis e lustres do Theatro Santa Izabel [...], da exportação por atacado de moveis, prata, louças, etc. etc. (FERNANDES, 1930, p.4)

Fernandes (1930) cita as obras de conservação que estavam sendo incentivadas e fiscalizadas pela Inspetoria em exemplares da arquitetura religiosa nas cidades de Igarassu, Olinda, Goiana e em áreas rurais como no Engenho Massangana. O inspetor cita o ofício enviado em maio de 1929 ao Ministro da Viação solicitando a manutenção da Torre de Malakoff[[8]](#endnote-8), “ameçada de ser demolida em vista do projecto de alinhamento da rua S. Jorge, aprovado pela Fiscalização das Obras do Porto” (FERNANDES, 1930, p.9).

O relatório também aborda o que tem sido feito com objetos de artes de interesse do Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco e com as coleções de seu acervo. Em anexo ao relatório foram anexados artigos publicados no jornal *A Província* sobre a atuação da Inspetoria*.*

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No conteúdo apresentado nesse artigo, destacou-se a circulação de ideias preservacionistas na trama difusa de definições da arquitetura brasileira da década de 1920. As vozes sensíveis às perdas de referências urbanas foram identificadas em matrizes variadas nesse período estudado. Ainda que os discursos divergissem quanto à definição da linguagem arquitetônica de sua época, eles apresentaram em comum o reconhecimento gradativo do valor da arquitetura tradicional brasileira.

Na circulação de ideias preservacionistas destacou-se a importância de periódicos da época, nomeadamente a Revista *Illustração Brasileira* e os jornais locais *Diario de Pernambuco* e *A Província*. Estes serviram de veículo de difusão de vozes de intelectuais e técnicos que se manifestaram em favor da tradição num cenário de transformação dos tecidos socioculturais das cidades.

Na década de 1920, destaca-se a formação na Bahia e em Pernambuco de um momento local de reconhecimento de valor de monumentos e criação de instrumento de defesa dos mesmos. Nesses dois estados se identificou a influência dos Institutos históricos (inaugurados no século XIX) na circulação de ideias preservacionista, contribuindo inclusive para possibilitar a criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais.

A criação das Inspetorias estaduais partiu de um projeto de 1923 do deputado federal de Luiz Cedro que tentou, sem sucesso, criar uma instituição para a defesa nacional de bens de interesse artístico e histórico. O momento nacional de instituição da preservação no Brasil só ocorreu oficialmente com a criação dos SPHAN em 1937 (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

A noção de patrimônio desse período estava relacionada aos bens monumentais, de grande relevância artística e histórica. Portanto a atuação das Inspetorias se voltou para o inventário, documentação e defesa dos exemplares de destaque da arquitetura tradicional brasileira, principalmente os exemplares religiosos barrocos.

Os diversos posicionamentos de agentes sociais (intelectuais e técnicos) detentores do “saber” divulgados em periódicos da época contribuíram para a mobilização da opinião pública para a causa preservacionista, como destaca o Inspetor de Pernambuco no seu relatório sobre a gestão de 1929. Nas falas mapeadas, observa-se o uso de eventos específicos de demolições (o Corpo Santo e os Arcos no Recife; a ameaça de morte da Sé em Salvador) para justificar a necessidade defesa.

Essa aproximação inicial do objeto de estudo[[9]](#endnote-9) da tese em desenvolvimento e das fontes primárias até então mapeadas, também contribuiu para afirmar a questão de pesquisa da tese em desenvolvimento. Na trama difusa de vozes que emergiram das transformações das urbes de 1900-1930, questiona-se de que maneira as demolições do traçado colonial contribuíram, ainda que paradoxalmente, para impulsionar a noção de seu valor arquitetônico como representativo do passado nacional?

Entre os próximos passos da tese está avançar na coleta de material de Salvador, através de visita ao Arquivo Público do Estado, num primeiro momento. Pois grande parte dos periódicos do recorte temporal estudado não está disponível on-line e também para ter acesso aos relatórios e ofícios da Inspetoria de Monumentos da Bahia que foram publicadas nos Anais do referido Arquivo Público.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos ao recurso de fomento à pesquisa da CAPES, ao orientador da tese em andamento, Prof. Dr. George Dantas, as funcionárias da Biblioteca Blanche Knof da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e aos familiares que deram apoio logístico na construção desse trabalho.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE JR., Durval M. **A invenção do Nordeste.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSUNÇÃO, Gabriela. **Percepção ambiental do patrimônio cultural**: estudo de caso na Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN. Natal, RN: 2014. 181 f. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

BANDEIRA, Manuel. Um purista do estylo colonial. In: **A Província**, Recife, 04 nov. 1928.

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade**: A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_\_\_. Fatos e ideias que levaram à criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais em Pernambuco no ano de 1928. **Ciência & Trópico**, v.34, n.1, p. 117-134, 2012.

CERAVOLO, Suely. A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do estado da Bahia: do discurso à ação (1927-1938). In: MAGALHÃES, Aline; BEZERRA, Rafael (Orgs.). **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. UNESP, 2006.

DANTAS, George A. F. **A formação das representações sobre a cidade colonial no Brasil**. 2009. 237p. Tese - Escola de Engenharia de São Carlos (EESC). São Carlos: Junho de 2009.

ESTELLITA, José. Pernambuco deve organizar a defesa dos seus monumentos. In: **A Província,** Recife, 6 jan. 1929.

FERNANDES, Anníbal Gonçalves, **Relatorio da Inspectoria Estadual de Monumentos Nacionais***.* Recife: Imprensa Oficial, 1930.

FREYRE, Gilberto. 91. In: **Diario de Pernambuco**, Recife, 11 jan. 1925.

LUBAMBO, Cátia W. **Bairro do Recife entre o Corpo Santo e o Marco Zero.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2 Ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil.** São Paulo: Fapesp, 2011.

**NOTAS**

1. A Reforma do governo de Seabra tinha como principal elemento a construção de uma larga e extensa avenida que partia do platô elevado do núcleo inicial da cidade e margeava a costa, incentivando a expansão da malha urbana para o litoral Cf. Eloísa Pinheiro (2011). [↑](#endnote-ref-1)
2. Essa reforma urbana no Recife foi conduzida pelo engenheiro Alfredo Lisboa e abriu três avenidas, a Av. Central (atual Rio Branco), a Av. Marquês de Olinda e a Av. do Porto (atual Alfredo Lisboa), além de ter retificado outras ruelas do entorno. Cf. Lubambo (1991). [↑](#endnote-ref-2)
3. Segundo Choay (2006), a lei baseou-se na estrutura centralizada do Estado francês, que através do Ministro do Interior supervisionava a atuação do Inspetor e da comissão de monumentos históricos. O aparato governamental tinha função de “tombar” edifícios para a distribuição de fundos públicos. O sistema sofria de falta de colaboração entre suas partes, morosidade de atuação e carência de recursos. A lei não contemplava “uma análise do conceito” de monumento histórico, “nem de critérios de discriminação prática” (CHOAY, 2006, p.149). [↑](#endnote-ref-3)
4. O termo *restauração* usado por Freyre (1925) se refere à reforma do templo que de símbolo do barroco passou a ter composição neogótica. Não cabe a esse artigo discutir a noção do termo no período estudado. [↑](#endnote-ref-4)
5. O conceito de patrimônio e a sua ampliação no tempo foi abordado em trabalho anterior, Cf. ASSUNÇÃO, 2014. [↑](#endnote-ref-5)
6. Cf. em Cantarelli (2010) a análise sobre os artigos da coluna *De uns e de outros* de Fernandes. [↑](#endnote-ref-6)
7. Interessa-nos abordar os bens listados pelas duas Inspetorias Estaduais em outra ocasião, pois esse artigo tem caráter de aproximação inicial com as fontes de pesquisa da tese. Segundo Cantarelli (2010), o inventário de Pernambuco foi alvo de debate nos jornais locais. Mário Melo (através do Diario de Pernambuco) criticou a pouca abrangência de bens selecionados por Anníbal Fernandes quando comparado com a lista de monumentos da Bahia. [↑](#endnote-ref-7)
8. As discussões em torno da ameaça de demolição da Torre continuam ao de 1930, portanto foge ao recorte desse artigo. [↑](#endnote-ref-8)
9. O objeto de estudo da tese em desenvolvimento relaciona as demolições urbanas em eventos específicos durante 1900 a 1930 e os debates suscitados (entre técnicos, intelectuais e em periódicos da época). [↑](#endnote-ref-9)